

Simpósio Temático
Conservação da Biodiversidade

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Edna de Araújo Andrade (UFG - ednaandrade@hotmail.com);

RESUMO

O presente artigo é uma primeira tentativa de análise do processo de gestão das áreas protegidas em Goiás, sob a ótica da governança ambiental. O conceito de governança foi inicialmente apresentado pelo Banco Mundial, com o objetivo de alcançar condições para um Estado eficiente, por meio da participação dos setores público e privado na formulação e articulação de políticas públicas e no processo decisório. Governança ambiental, especificamente, envolve a preservação/conservação do ambiente natural, compreendendo o uso sustentável de recursos naturais, com especial enfoque para os da biodiversidade. A pesquisa realizada em 2012, nas políticas públicas de gestão dos parques estaduais, associada aos conceitos e princípios fundamentais da boa governança enunciados pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) retrata uma visão ampla do processo de criação, implantação e gestão das unidades de conservação de Goiás. Os resultados alcançados contribuem para a discussão da eficácia da política, na perspectiva da governança ambiental.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Gestão Ambiental; Áreas Protegidas; Unidades de Conservação; Governança; Governança Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- IUCN. Report of the evaluation of the World Park Congress. IUCN and Universal Management Group, 2004.
- MEDEIROS, R. A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.



Resumo

MILANO, M. S. Unidades de Conservação no Brasil: mitos e realidade. In: Terceiro Congresso Internacional de Direito Ambiental: a proteção jurídica das florestas tropicais. São Paulo, 1999.